



RELATÓRIO E CONTAS

31 de Dezembro de 2014

[PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO]

1.	<u>RELATÓRIO DE GESTÃO</u>	<u>Pág.</u>
1.1.	Nota introdutória	3
1.2.	Enquadramento económico	3
1.3.	Evolução da sociedade	4
1.4.	Política de remunerações	6
1.5.	Objectivos e políticas de gestão de riscos	8
1.6.	Estrutura e práticas do governo societário	11
1.7.	Perspectivas futuras	12
1.8.	Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	12
1.9.	Relação entre a sociedade e a administração	12
1.10.	Proposta de aplicação de resultados	12
2.	<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	
2.1.	Balanço	13
2.2.	Demonstração de Resultados	14
2.3.	Demonstração do Rendimento Integral	15
2.4.	Demonstração de Alterações no Capital Próprio	16
2.5.	Demonstração de Fluxos de Caixa	17
3.	<u>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	
3.1.	Nota introdutória	18
3.2.	Principais políticas contabilísticas	18
3.3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	42
3.4.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	44
3.5.	Crédito a clientes	45
3.6.	Activos não correntes detidos para venda	49
3.7.	Activos fixos tangíveis	50
3.8.	Activos e passivos por impostos	50
3.9.	Outros activos	52
3.10.	Passivos detidos para negociação	53
3.11.	Recursos de outras instituições de crédito	54
3.12.	Movimentos nas provisões e nas imparidades	56
3.13.	Outros passivos	57
3.14.	Capital	58
3.15.	Outras reservas, resultados transitados e lucro do exercício	59
3.16.	Juros e rendimentos / encargos similares	60
3.17.	Rendimentos de serviços e comissões	60
3.18.	Encargos com serviços e comissões	61
3.19.	Outros resultados de exploração	62
3.20.	Custos com o pessoal	63
3.21.	Gastos gerais administrativos	64
3.22.	Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio	65
3.23.	Saldos e transacções com entidades relacionadas	66
3.24.	Operações a prazo não vencidas à data de balanço	67
3.25.	Política de remunerações	67
3.26.	Prestação de serviços de mediação de seguro ou de resseguro	69
3.27.	Divulgações relativas a instrumentos financeiros	71
3.28.	Gestão de capital	78
3.29.	Compromissos assumidos por / perante terceiros	79
3.30.	Passivos contingentes	79
3.31.	Acontecimentos subsequentes	80
4.	<u>RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS</u>	
4.1.	Certificação Legal de Contas	81
4.2.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	82

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FGA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede na Avenida José Gomes Ferreira, n.º 15 – 2.º Piso, Edifício Atlas IV, Miraflores, Algés. A FGA Capital tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a actividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat, pela parceria comercial com a Jaguar e Land Rover e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.14 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a FGA Capital é detida integralmente pela *FGA Capital S.p.A. (FGA Itália)*, uma empresa detida em partes iguais pelo Grupo Fiat e pela *Crédit Agricole Consumer Finance* (empresa detida a 100% pelo Crédit Agricole, S.A.). Consequentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.23 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Todos os montantes apresentados no Relatório de Gestão e no Anexo às Demonstrações Financeiras são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

1.2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No contexto internacional, o ano de 2014 fica marcado pela saída do programa de assistência financeira a que Portugal esteve sujeito. Constata-se uma ligeira recuperação económica verificada nos indicadores ao longo do ano, o que traduz os esforços da União Europeia em fazer face à crise económico-financeira que os Estados membros têm vindo a atravessar. Portugal continua a dar sinais de recuperação importantes, transmitindo confiança para o mercado europeu e mundial.

Contudo, manteve-se em Portugal a dificuldade de financiamento à economia, consubstanciada não só na dificuldade de acesso a linhas de crédito, mas também nos elevados *spreads* praticados para as linhas concedidas. A diminuição do capital disponível das famílias continua a condicionar a actividade económica no país.

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal, em 2014 Portugal apresentou um crescimento do PIB de 0,9% e que revela a tendência de crescimento da economia portuguesa.

Com base em indicadores importantes como este, podemos aferir que o crescimento económico está a iniciar nova fase.

No sector automóvel, foram vendidos no mercado nacional em 2014 169.026 veículos ligeiros de passageiros e comerciais, representando um crescimento de 36,2% face ao ano anterior, de acordo com a ACAP (Associação Automóvel de Portugal).

Dos quais 142.827 foram veículos ligeiros de passageiros, correspondente a um crescimento de 34,8%. Os restantes 26.199 correspondem a veículos comerciais ligeiros, registando também um acréscimo significativo (43,9%) em relação a 2013.

De acordo com os dados disponibilizados pela ASFAC (Associação de Instituições de Crédito Especializado), o crédito concedido em 2014 pelas Instituições de Crédito Especializado ascendeu a cerca de 1.411 milhões de Euros, a quota de mercado da Sociedade em 2014 é de 1%.

No que respeita ao Leasing, o financiamento concedido em 2014 pelas Instituições de Crédito Especializado ascendeu a cerca de 375 milhões de Euros, a quota de mercado da Sociedade neste segmento é de 10%.

Fonte: ASFAC	(Valores em milhares de euros)			(Valores em milhares de euros)		
	CRÉDITO CLÁSSICO CONCEDIDO			CARTEIRA CRÉDITO CLÁSSICO		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
Outros Associados	1.396.872	1.118.877	277.996	3.603.075	3.715.556	-112.481
FGA CAPITAL	14.171	14.794	-623	79.696	95.059	-15.363
TOTAL	1.411.043	1.133.671	277.372	3.682.771	3.810.615	-127.844
Quota mercado FGA	1,00%	1,30%		2,16%	2,49%	

Fonte: ASFAC	(Valores em milhares de euros)			(Valores em milhares de euros)		
	LEASING CONCEDIDO			CARTEIRA LEASING		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
Outros Associados	337.455	277.835	59.620	480.870	508.984	-28.114
FGA CAPITAL	37.502	44.181	-6.679	55.943	59.671	-3.728
TOTAL	374.957	322.016	52.941	536.813	568.655	-31.842
Quota mercado FGA	10,00%	13,72%		10,42%	10,49%	

1.3. EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Não obstante os favoráveis indicadores económicos, o cenário macroeconómico do crédito ao consumo de automóveis e nomeadamente do grupo FGA, mantêm-se a níveis manifestamente baixos. Perante esta realidade adversa, a Sociedade concentrou a sua atenção na actividade comercial, tendo atingido os objectivos a que se propôs, e não descurou a sua atenção no rigor da análise de crédito, como também nos esforços na recuperação de crédito vencido, continuando a actuar sobre a vertente dos custos, e a apostar na contínua melhoria de processos, nomeadamente, investindo no desenvolvimento de novas aplicações a nível informático e de *web*, que permitam uma maior aproximação e interacção com o Cliente.

A diminuição do resultado operacional no exercício de 2014, quando comparado com 2013, é justificada principalmente pela redução da margem financeira, reflectindo o cenário difícil e competitivo onde a Sociedade opera.

Durante o ano de 2014 a Sociedade procedeu à reestruturação da sua estrutura de recursos humanos de forma a melhor se adequar às necessidades actuais do mercado, não havendo para já efeitos visíveis ao nível da redução de custos devido a terem sido pagas indemnizações de saída.

Foram também revistos todos os custos operacionais de forma a se reformular e reduzir ao mínimo possível, o que produziu efeitos visíveis durante o ano.

A carteira da Sociedade tem diminuído face ao cenário que se vive, no entanto a Sociedade tem ajustado a sua *performance*, e tem conseguido manter os seus serviços com a mesma qualidade de anos anteriores, estando pronta para dar resposta a este cenário de crise e tendo resposta pronta para o crescimento que surgirá com o melhoramento das condições económicas do país.

Não obstante os indicadores positivos que a economia Portuguesa tem revelado e consequência da retracção na procura de crédito ao consumo mantem-se uma diminuição do valor desta importante linha de negócio face a 2013, verificando-se uma queda equivalente a cerca de 10% (135 milhões de Euros em 2014 e 150 milhões de Euros em 2013). O volume financiado manteve-se estável face ao ano anterior (59,7 milhões de Euros em 2014 e 59,8 milhões de Euros em 2013), resultado só possível de ter sido obtido mercê do esforço desenvolvido pela Sociedade nomeadamente junto da rede de Concessionários no sentido de incrementar a colaboração na área de retalho.

Alinhado com a redução da carteira de crédito, verificou-se uma redução no valor dos Recursos de outras instituições de crédito (41 milhões de Euros em 2014, 66 milhões de Euros em 2013).

1.4. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A Política de Remunerações aplica-se:

- aos membros órgãos do Conselho de Administração,
- aos administradores executivos e não executivos,
- aos colaboradores, nomeadamente,
 - aos que exercem funções de controlo e
 - aos restantes colaboradores.

A política de remunerações da Sociedade assenta, entre outros aspectos, numa política e prática de remuneração que promova a gestão sólida e eficaz dos riscos, com vista à sua sustentabilidade, a qual abrange os seguintes aspectos:

1. Admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado actuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio.

Não está prevista a actualização da inflação do custo de vida nas remunerações dos Colaboradores, bem como a previsão do custo anual das excepções de aumentos/promoções em caso de Retenção de Colaboradores.

As excepções em caso de retenção são aprovadas pelo *Headquarter*.

2. Salários / promoções de carreira

Em meados do ano é solicitado pelo *Headquarter* a apresentação de uma proposta, tendo em conta o limite definido anualmente, a selectividade (nº de salários de colaboradores com aumentado/promoções), bem como o custo previsto do *Budget* anual.

- As propostas são recolhidas pelo *Human Resources & General Services* junto dos Responsáveis de cada área e apresentadas ao *Country Manager* para avaliação e autorização. Posteriormente são enviadas ao *Headquarter* para validação final.
- Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:
 1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que abrange as funções *core* da empresa (*Professionals*).
 2. Na avaliação directa de um colaborador que se destaque pela *performance* e liderança, tendo em conta a data do último aumento.
- Após a validação das propostas por parte do *Headquarter*, são actualizados os salários e promoções e é comunicado aos colaboradores interessados durante o último trimestre do mesmo ano.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da FGA Capital IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Alberto Grippo – Presidente
 Alberto Merchiori – Administrador Delegado
 Joaquim Luiz Gomes – Vogal
 Andrea Faina – Vogal
 Luca Napolitano – Vogal
 João Miguel dos Santos Leandro – Vogal

Nos exercícios de 2014 e 2013 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade.

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 17.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, os colaboradores que exercem funções de controlo abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do referido Aviso auferiram as seguintes remunerações:

	Número de colaboradores	Componente		Total
		Fixa	Variável	
Finance	1	77.419	3.190	80.609
Compliance & Risk Permanent Control	1	53.629	3.300	56.929
Gestão do Risco de Crédito	1	59.923	3.820	63.743
Auditoria Interna	1	37.890	2.380	40.270
	4	228.861	12.690	241.551

A componente variável é definida centralmente pela FGA Itália em função, essencialmente, do resultado líquido consolidado do Grupo, do contributo da Sociedade para o mesmo, bem como da *performance* individual do colaborador para esse desempenho.

Não são atribuídos benefícios não monetários aos colaboradores.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram os seguintes:

	2014	2013
Revisão Legal de Contas	45.410	50.450
Outros serviços de garantia de fiabilidade	34.400	41.100
	79.810	91.550

Durante o exercício de 2014 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à facturação dos seguintes montantes:

Revisão Legal de Contas	79.155
Outros serviços de garantia de fiabilidade	<u>9.500</u>
	<u>88.655</u>

1.5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCOS

A Função de Gestão de Riscos é garantida pelo responsável da Área de *Risk & Permanent Control* e *Compliance*.

Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros incluem políticas que cobrem toda a actividade da Sociedade, estando estas claramente definidas no documento denominado "Estratégias e políticas de risco". Este documento aborda e identifica as diversas áreas de risco financeiro, bem como as responsabilidades e competências dos diversos intervenientes na avaliação e controlo do risco.

A estratégia de gestão de riscos implementada pela Sociedade visa:

1. Definir os limites para os KRIs (*Key Risk Indicators*), os quais são apresentados ao HQ (*Headquarter*) para aprovação e revisão em base anual.
2. Reavaliar a robustez do modelo de gestão de risco desenvolvido pela Sociedade. Neste sentido, o sistema de controlo interno deve ser adequado à dimensão, natureza e complexidade da actividade, à origem e magnitude dos riscos assumidos ou a assumir, bem como ao grau de centralização e delegação de autoridade estabelecido dentro da Sociedade.

A Estratégia de Risco é revista e definida anualmente sob a coordenação do *Risk & Permanent Control* e *Compliance* e sob a responsabilidade do Administrador Delegado da Sociedade.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes que não se encontra vencido, apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Veículos Novos	36.414.128	43.737.698
Locadoras	31.504.975	31.348.337
Locação Financeira Mobiliária	18.023.379	17.610.173
Veículos Usados	13.971.225	17.349.338
Programa Finplus	8.656.906	9.597.364
Crédito ao Consumo	1.197.139	1.810.553
Locação Financeira Imobiliária	847.556	994.253
Outros Créditos	380.000	244.155
	110.995.308	122.691.871

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes em situação de incumprimento apresenta o seguinte detalhe:

	2014		2013	
	Vivo	Vencido	Vivo	Vencido
Jaguar / Land Rover	12.754.844	41.249	11.719.038	43.714
Veículos Novos	2.192.666	917.924	2.799.297	745.075
Veículos Usados	2.056.383	1.124.187	2.254.702	882.891
Locação Financeira Mobiliária	1.412.068	1.177.648	2.794.274	1.764.788
Programa Finplus	832.763	474.609	978.829	342.781
Maserati	377.174	1.963	0	0
Crédito ao Consumo	116.095	94.587	163.878	59.837
Locadoras	0	0	1.145.693	348.795
Outros Créditos	0	864.000	0	850.000
	19.741.993	4.696.167	21.855.711	5.037.881

A partir de Março de 2008, a Sociedade passou a utilizar um novo modelo de *scoring*. De acordo com este novo modelo, os níveis de *scoring* passaram a ser apenas dois, "A" e "E", sendo o primeiro um indicador forte favorável à aceitação da operação e para situações resultantes do segundo exigida uma análise adicional. A atribuição dos níveis de *scoring* tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, considerando diversos vectores nomeadamente valor de mercado, tipologia e idade do veículo objecto do financiamento, situação profissional, taxa de esforço inerente ao montante financiado, ente outros.

Mensalmente é feita uma análise comparativa entre a produção e o comportamento histórico dos clientes em carteira, de modo a verificar se ainda se mantém a correlação entre o *scoring* atribuído e a tipologia dos novos clientes. Quando esta correlação sofre alterações significativas é alterado o modelo de *scoring*.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas correctivas que minorem seu impacto.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com excepção dos *swaps* de taxa de juro, os fluxos previsionais dos activos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2014 e 2013;
- Os fluxos previsionais dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” foram considerados como exigíveis “à vista”;
- Os juros vencidos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram classificados como a prazo “Indeterminado”;
- O vencendo de crédito a clientes com vencido há mais de 90 dias foi classificado como a prazo “Indeterminado”; e
- O crédito a clientes vencido independentemente da sua antiguidade foi igualmente classificado como a prazo “Indeterminado”.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade.

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2013 e 2014 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial negativo na margem financeira projectada para 2014 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respectivamente (343.000 Euros e 686.000 Euros, respectivamente, para 2013).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projectada para 2014 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respectivamente (343.000 Euros e 686.000 Euros, respectivamente, para 2013).

No cálculo da análise de sensibilidade não foram tidos em consideração os instrumentos financeiros derivados e foi considerado como pressuposto que os volumes se mantêm sempre no balanço e se renovam automaticamente.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de “*Loss Management*”, que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos.

1.6. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A., é uma sociedade anónima com sede em Algés, tendo sido constituída em 31 de Outubro de 1992. O capital social da Sociedade é de 10.000.000 Euros, constituído por 2.000.000 de acções com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pela *FGA Capital S.p.A.*

A Sociedade tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é composto por sete membros, conforme o indicado na nota 1.4 deste relatório.

O período mínimo para realização de assembleias-gerais é de um ano para efeito de apreciação e aprovação das contas anuais. A Assembleia Geral reunirá ainda sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o julguem necessário ou quando for requerido por accionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social.

A Sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois administradores, pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou de outro Administrador Delegado ou por procuradores designados para determinados actos.

A gestão corrente está atribuída a um Administrador Delegado o qual define a estratégia para a Sociedade. Esta direcção tem como função a coordenação da visão, da missão e dos objectivos a atingir em um determinado período.

1.7. PERSPECTIVAS FUTURAS

Durante o ano de 2014 a carteira de crédito da Sociedade decresceu, muito por via da crescente competitividade no sector. Apesar de em 2014 se ter verificado um crescimento das vendas de veículos ligeiros de passageiros e comerciais face a 2013 em 36,4%, o mercado automóvel ainda continua a vender cerca de 57% menos que a média da primeira década de 2000.

A Sociedade está consciente que será necessário manter e reforçar as boas relações com a Rede de Concessionários da Marca, acompanhando os parceiros neste clima económico algo instável e difícil. A Sociedade repensou a estrutura de modo a adequar os seus recursos ao contexto de mercado existente, no sentido de enfrentar mais um ciclo económico que, como se disse, se prevê instável e difícil.

Para 2015 há um ligeiro optimismo quanto ao crescimento da actividade da Sociedade, no entanto o mesmo está sujeito à incerteza quanto à *performance* económico-financeira do país e à eventual necessidade de incremento de medidas de austeridade.

1.8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

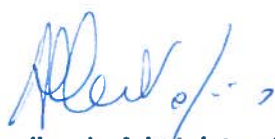
1.9. RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2014 não houve qualquer negócio entre a Sociedade e os seus Administradores.

1.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido positivo gerado na actividade do exercício, € 1.682.271,59, após a aplicação em reserva legal do montante de € 168.227,16, propõe-se que o remanescente seja levado a reservas livres.

Miraflores, 12 de Fevereiro de 2015



Conselho de Administração

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

 Balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
 (Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2014			2013
		Activo antes de Provisões, imparidade e Amortizações	Provisões. Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		449	0	449	564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.4	377.726	0	377.726	399.513
Crédito a clientes	3.5 e 3.12	136.329.060	5.737.935	130.591.125	147.315.646
Activos não correntes detidos para venda	3.6	434.274	157.764	276.510	434.274
Outros activos tangíveis	3.7	53.818	5.239	48.579	0
Activos por impostos correntes	3.8	0	0	0	53.003
Activos por impostos diferidos	3.8	1.131.704	0	1.131.704	572.750
Outros activos	3.9	1.110.466	52.791	1.057.675	7.062.880
TOTAL DO ACTIVO		139.437.497	5.953.729	133.483.768	155.838.630

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2014	2013
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	3.10	1.026.581	1.298.361
Recursos de outras instituições de crédito	3.11	41.442.068	66.123.264
Provisões	3.12	3.316.628	3.033.640
Passivos por impostos correntes	3.8	415.957	0
Outros passivos	3.13	3.988.707	3.771.810
TOTAL DO PASSIVO	Notas	50.189.941	74.227.075
CAPITAL			
Capital	3.14	10.000.000	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	3.15	71.611.555	68.785.287
Resultado do exercício	3.15	1.682.272	2.826.268
TOTAL DO CAPITAL		83.293.827	81.611.555
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		133.483.768	155.838.630

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CREDITO, SADemonstração de resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2014	2013
MARGEM FINANCEIRA			
Juros e rendimentos similares	3.16	8.419.518	10.003.403
Juros e encargos similares	3.16	1.912.600	2.779.247
TOTAL DA MARGEM FINANCEIRA		6.506.918	7.224.156
PRODUTO BANCÁRIO			
Rendimentos de serviços e comissões	3.17	3.946.891	4.263.632
Encargos com serviços e comissões	3.18	1.901.316	1.890.226
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	3.10	193.426	1.324.802
Outros resultados de exploração	3.19	1.723.673	1.663.323
TOTAL DO PRODUTO BANCÁRIO		10.469.592	12.585.687
OUTRAS RUBRICAS			
Custos com pessoal	3.20	1.948.218	1.904.001
Gastos gerais administrativos	3.21	2.182.873	2.698.969
Amortizações do exercício		5.239	0
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.12	701.408	476.800
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.12	2.555.755	3.234.766
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	3.12	500.603	147.657
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2.575.496	4.123.494
IMPOSTOS			
Correntes	-	(1.452.178)	(1.011.927)
Diferidos	-	558.954	(285.299)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		1.682.272	2.826.268
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.682.272	2.826.268

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CREDITO, SA


Demonstração do rendimento integral do período findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	2014	2013
Resultado líquido do exercício		1.682.272	2.826.268
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados		0	0
Itens que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados		0	0
Rendimento integral do exercício		1.682.272	2.826.268

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados e outras reservas	Total de reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		10.000.000	7.442.121	53.310.559	5.957.871	66.710.551	2.074.737	78.785.288
- Aplicação do resultado de 2012	2.14	-	207.474	1.867.263	-	2.074.737	(2.074.737)	-
- Resultado líquido do exercício de 2013		-	-	-	-	-	2.826.268	2.826.268
- Outros		-	(1)	0	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		10.000.000	7.649.594	55.177.822	5.957.871	68.785.287	2.826.268	81.611.555
- Aplicação do resultado de 2013	2.14	-	282.627	2.543.641	-	2.826.268	(2.826.268)	-
- Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	1.682.272	1.682.272
- Outros		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		10.000.000	7.932.221	57.721.463	5.957.871	71.611.555	1.682.272	83.293.827

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O ADMINISTRADOR DELEGADO

FGA CAPITAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	11.485.212	12.065.152
Pagamentos de juros e comissões	-3.892.268	-4.548.154
Pagamentos a outros fornecedores	-2.038.205	-2.888.202
Pagamento ao pessoal	-1.908.798	-1.894.705
Recuperação de crédito incobráveis	1.444.670	1.607.317
Reembolso de despesas	1.229.991	1.356.049
Pagamento de Impostos sobre lucros	-982.534	-1.164.700
Outros pagamentos e recebimentos	496.336	-130.841
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	5.834.403	4.401.915
Aumentos/diminuições de activos operacionais:		
Crédito a clientes	13.860.928	11.220.132
Outros activos	5.050.439	-4.382.708
	18.911.367	6.837.424
Aumentos/diminuições de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	-24.681.196	-9.974.194
Empréstimos obtidos do accionista	0	0
Outros passivos	-86.476	-964.768
	-24.767.672	-10.938.962
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	-21.902	300.377
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	400.077	99.700
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	378.175	400.077

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ADMINISTRADOR DELEGADO



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “FGA Capital”) foi constituída em 31 de Outubro de 1991 tendo a sua sede na Avenida José Gomes Ferreira, nº 15. A FGA Capital tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a actividade da Sociedade encontra-se segmentada nas vertentes de financiamento à aquisição a crédito de viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat e por outras marcas (Programa Finplus), na locação financeira mobiliária de viaturas, na locação financeira imobiliária, bem como no crédito ao consumo e no apoio de tesouraria.

Conforme indicado na Nota 3.14 deste Anexo, a FGA Capital é detida integralmente pela Fiat Group Automobile Financial Services, S.p.A. (FGA Itália), uma empresa detida em partes iguais pelo Grupo Fiat e pela Sofinco (empresa detida a 100% *pelo Crédit Agricole, S.A.*). Consequentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo encontram-se detalhados na Nota 3.23.

Todos os montantes apresentados neste Anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 12 de Fevereiro de 2015. No entanto, nos termos do art.º 68º do CSC, a Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

3.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da FGA Capital foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o

ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da FGA Capital:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente, juros e comissões;
- ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.2. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

3.2.2. Adopção de Normas Internacionais de Relato Financeiro Novas ou Revistas

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção, e sempre que aplicável à Sociedade, da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e *performance* da Sociedade.

3.2.2.1. *Alterações voluntárias de políticas contabilísticas*

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.2.2.2. *Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício*

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações, sem efeito nas demonstrações financeiras da sociedade:

- a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU aplicáveis a 2014

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 10 não altera os procedimentos de consolidação mas estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. Assim, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos resultados para os investidores.

As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente devam ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11:

- Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.
- Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as actividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

- Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

O objectivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

- (a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e
- (b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Para isso, uma entidade deve divulgar:

- (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e
- (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de acções ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa

sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

Esta norma, de acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1254/2012, de 11 de Dezembro), é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de Transição

Estas emendas permitem a adopção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, como por exemplo, a re-expressão de comparativos, que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 313/2013, de 4 de Abril), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade também adoptasse antecipadamente a IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Emendas) – Entidades de Investimento

As entidades de investimento que incluem os Fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias incluindo o fim a que se destinam e a sua concepção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com excepção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionados com as actividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respectivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos, mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1174/2013, de 20 de Novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse todas as emendas simultaneamente. A aplicação é retrospectiva.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures* à semelhança do que já acontecia com as associadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação poderia ter sido antecipada desde que a entidade aplicasse simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é

um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

IAS 36 – Imparidade de activos (Emenda): Divulgações da quantia recuperável para activos não financeiros

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam activos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objectivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos activos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor actual.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1374/2013, de 19 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação é retrospectiva.

IAS 39 – Instrumentos financeiros (Emenda): Novação de Derivados e continuação de contabilidade de cobertura

As emendas visam permitir uma excepção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento. A emenda cobre as novações:

- que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações directamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta excepção.

A emenda cobre novações efectuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da excepção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1375/2013, de 19 de Dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva. Contudo, as entidades que descontinuaram a contabilidade de cobertura no passado, devido a uma novação que estaria no âmbito desta emenda, não podem reexpressar essa contabilidade de cobertura.

- b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU, aplicáveis a 2014 apenas se adoptadas antecipadamente e desde que divulgada a adopção antecipada e satisfeitas as restantes condições requeridas:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRIC 21 – Taxas

Esta interpretação aplica-se a pagamentos de impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a actividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efectuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a actividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo,

devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um activo ou um gasto.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 634/2014, de 13 de Junho), a Interpretação é aplicável para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após 17 de Junho de 2014. A aplicação é retrospectiva.

c) Melhorias anuais relativas ao ciclo de 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de *performance*.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

d) Melhorias anuais relativas ao ciclo de 2011-2013

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao *portfolio* passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a inter-relação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

3.2.2.3. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

- a) Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de activos financeiros

- Todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transacção no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transacção, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objectivo de deter os activos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objectivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de activos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os activos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento a instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração de passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de

justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos activos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigados a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve reflectir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospectivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento *forward* de um contrato *forward* e qualquer *spread* base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizados como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de activos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para o reconhecimento dos ganhos e perdas quando uma mãe perde o controlo de uma subsidiária, a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios, em resultado de uma transacção que envolva uma associada ou *joint venture* que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transacção é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contabilístico do investimento na associada ou *joint venture*. No caso de a mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou *joint venture* contabilizada pela equivalência patrimonial, a mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja relacionada com o novo investimento na associada ou *joint venture*. A parte restante é deduzida ao valor contabilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transacções de venda ou entregas de activos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transacções envolvam, ou não, activos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transacções constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da excepção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se: (i) a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, excepto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e actividades sejam prestar serviços relacionados com as actividades de investimento das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou *joint venture* se: (i) a mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições das IAS 28 necessárias para tal, a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento podem manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em de 6 de maio de 2014)

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a actividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a actividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de agosto 2014)

O objectivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adopte as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com actividades reguladas (emitida em 30 de Janeiro de 2014)

Esta norma permite que uma entidade, cujas actividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas para contas de diferimento relacionadas com actividades reguladas ao abrigo do anterior normativo contabilístico ao adoptar as IFRS pela primeira vez. Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo actual GAAP não permitem o reconhecimento de activos e passivos com tarifas reguladas e (iii) as entidades cujo actual GAAP permite o reconhecimento de activos e passivos com tarifas reguladas mas que não tenham adoptado tal política nas suas contas antes da adopção das IFRS. As contas de diferimento relacionadas com actividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração do lucro ou prejuízo e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

A interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes, substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns activos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e activos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transacção, (iv) alocar o preço da transacção para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos directamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações às IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulados de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e *joint ventures* deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem, mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às actividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de actividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os

utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (excepto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respectivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adoptadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de Junho de 2014)

As alterações à IAS 16 – Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir activos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva (dois métodos possíveis).

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflecte um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o activo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do activo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do activo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar activos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

b) Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações directas de activos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para activos não correntes detidos para venda, e vice-versa, não determinam a alteração do plano, devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do activo.

Aplicação prospectiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de *interim*. Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um activo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao activo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efectuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato. Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transacções significativas passam a poder ser efectuadas, indistintamente, directamente nas demonstrações financeiras de *interim* ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de *interim* estão incompletas se os respectivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Aplicação retrospectiva.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

3.2.3. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e outros valores a receber

Conforme descrito na Nota 3.5, estes activos encontram-se registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

O custo dos bens locados, bem como o financiamento de aquisições a crédito, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados, são registados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 3.5). Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registadas na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Na rubrica de “Créditos e juros vencidos” são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos, por incumprimento das respectivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. Nestas situações, o valor registado inclui também o capital vincendo na data de rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis meses de prestações vencidas.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas por aquela entidade, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação das percentagens mínimas de provisão indicadas no acima referido Aviso, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados, tendo em conta a existência

ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo (SPA).

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e
- Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vencidos sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Periodicamente, a FGA Capital abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração" (Nota 3.19).

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo e trata-se de uma provisão de natureza genérica, destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere a operações de crédito ao consumo a percentagem aplicável é de 1,5%), excluindo o que tenha sido objecto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem com o que tenha sido concedido a entidades do Sector Público Administrativo.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

b) Activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os critérios definidos nas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

3.2.4. Outras provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, tais provisões encontram-se registadas no passivo e destinam-se a fazer face a eventuais contingências legais e fiscais.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.5. Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, tal como preconizado na Norma IAS 39, nomeadamente, derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados", com excepção da

parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações para o justo valor positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

3.2.6. Impostos

i) Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a taxa efectiva de imposto. Para efeitos do apuramento do resultado fiscal, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e os passíveis de serem deduzidos, respectivamente.

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria colectável, acrescida da derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como derrama estadual à taxa de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 e inferior a € 7.500.000, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 27,5%.

ii) Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizadas na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis, prejuízos fiscais ou créditos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, na medida em que as transacções que os originaram sejam reflectidas igualmente nos resultados do exercício.

3.2.7. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados nas respectivas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um eventual activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controlo da Sociedade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.8. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis para colocar os activos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida) deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos activos:

	<u>Anos</u>
Instalações	10
Outro equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 8

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como gasto do exercício, na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo, líquida de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.8.1 Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é também reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.9. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui activos não correntes cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transacção de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais para a venda de tais activos;
- A sua venda é altamente provável, isto é:
 - i) A Administração da Sociedade está empenhada num plano para vender o activo;
 - ii) Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - iii) O activo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e
 - iv) A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na data do reconhecimento inicial, os activos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução inicial ou posterior do activo para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um activo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Enquanto estiverem classificados como detidos para venda, os activos não correntes não são depreciados (ou amortizados).

3.2.10. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3.2.11. Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.2.12. Comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente, comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efectiva nas rubricas de “Rendimentos de serviços e comissões” e “Encargos com serviços e comissões”.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

3.3.1. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

3.3.2. Provisões e imparidade de crédito

A determinação da provisão para créditos é efectuada de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. Adicionalmente, a Sociedade constitui provisões com base no conhecimento da realidade dos seus clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A Sociedade adopta um modelo de imparidade desenvolvido pela casa mãe (*FGA Capital S.p.A.*), o qual visa estimar adequados níveis imparidade colectiva e individual. A metodologia adoptada para efeitos da estimativa de imparidade colectiva aplica-se à carteira de crédito e tem por base a análise das frequências históricas da probabilidade dos contratos atingirem um incumprimento superior a oito meses (PD) e perdas históricas incorridas (LGD).

A análise individual incide sobre os clientes cuja exposição total seja igual ou superior a 150 milhares de euros, sendo efectuada com recurso a informação financeira e informação histórica, entre outras informações.

3.3.3. Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis e penhores de veículos automóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições do mercado, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data do balanço.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8 – “Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

3.3.4. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado mensalmente em função de indicadores definidos, avaliados e transmitidos pela casa-mãe.

3.4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Banco Comercial Português, SA (Millenium BCP)	360.604	390.235
Novo Banco, SA (BES)	7.659	572
Caixa Económica Montepio Geral	5.476	6.568
Outros Bancos	3.987	2.138
	377.726	399.513

Os depósitos à ordem acima mencionados vencem juros a taxas normais de mercado.

3.5. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Crédito Vincendo:</u>		
Veículos Novos	38.606.793	46.536.995
Locadoras	31.504.975	32.494.030
Locação Financeira Mobiliária	19.435.447	20.404.447
Veículos Usados	16.027.608	19.604.040
Jaguar / Land Rover	12.754.844	11.719.038
Programa Finplus	9.489.670	10.576.193
Crédito ao Consumo	1.313.234	1.974.431
Locação Financeira Imobiliária	847.556	994.253
Maserati	377.174	0
Outros Créditos	380.000	244.155
	130.737.301	144.547.582
<u>Crédito e Juros Vencidos:</u>		
Locação Financeira	1.177.648	1.764.788
Veículos Usados	1.124.187	882.891
Veículos Novos	917.925	745.075
Programa Finplus	474.608	342.781
Crédito ao Consumo	94.587	59.837
Jaguar / Land Rover	41.249	43.714
Maserati	1.963	0
Outros Créditos	864.000	1.198.795
	4.696.167	5.037.881
<u>Outros</u>		
Prémios de seguro de contratos de locação financeira	319.933	303.229
	319.933	303.229
Total de crédito concedido	135.753.401	149.888.692
Juros a receber de crédito concedido	437.317	560.121
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos):</u>		
Comissões administrativas	(1.770.622)	(1.835.378)
Comissões de seguros	(1.175.357)	(1.345.825)
Comissões de campanhas	(148.979)	(34.182)
	(3.094.958)	(3.215.385)
<u>Comissões diferidas com base na taxa efectiva (custos):</u>		
Comissões de angariação de contratos	2.760.894	3.020.902
Comissões administrativas	472.320	275.673
Comissões de seguros	86	451
	3.233.300	3.297.026
Total de diferimentos	138.342	81.641
Crédito a clientes antes de depreciações e imparidades	136.329.060	150.530.454
Provisões para crédito e juros vencidos e para crédito de cobrança duvidosa	(5.737.935)	(3.214.808)
Crédito a clientes líquido de depreciações e imparidades	130.591.125	147.315.646

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Credito vincendo – locadoras” representa o montante de crédito concedido a locadoras por um prazo máximo de 2 anos, sendo o respectivo pagamento do seu valor residual da responsabilidade da Fiat Group Automobiles Portugal, SA (FGA Portugal) (Nota 3.23). À data de 31 de Dezembro de 2014 o crédito vivo e respectivo valor de retoma associado a esta rubrica ascendia a 5.408.998 Euros e 26.096.027 Euros, respectivamente (Em 31 de Dezembro de 2013 estes montantes eram respectivamente de 4.771.783 Euros e 27.722.247 Euros). Como garantia do cumprimento das responsabilidades pelas locadoras, a Sociedade dispõe de garantias bancárias geralmente de valor superior ao crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Crédito vincendo - Jaguar/Land Rover e Maserati” e “Crédito e juros vencidos - Jaguar/Land Rover e Maserati” referem-se a financiamentos concedidos a concessionários representantes das marcas “Jaguar”, “Land Rover” e “Maserati”, bem como a oficinas de reparação para a aquisição de veículos e peças daquelas marcas. Como garantia do cumprimento daquelas responsabilidades, a Sociedade dispõe de garantias bancárias que cobrem uma parte significativa do valor em dívida. Nas mesmas datas, o montante de crédito concedido, bem como as respectivas garantias bancárias afectas eram como segue:

2014				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	3.449.829	5.300	3.455.129	1.150.000
Jaguar - Automóveis Lisboa, S.A.	2.883.231	8.891	2.892.122	1.375.000
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	2.134.597	3.639	2.138.236	487.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.501.969	609	1.502.578	250.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	975.483	4.317	979.800	782.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	760.078	1.564	761.642	414.000
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	629.466	535	630.001	350.000
AML SPORT, S.A.	377.174	599	377.773	400.000
Ascendum II - Veículos, Unipessoal, Lda.	290.884	444	291.328	400.000
J. H. Ornelas & Cª., Sucessor, Lda.	67.264	19	67.283	227.500
Jaguar Land Rover Portugal - Veículos e Peças, Lda	23.632	15.903	39.535	0
Outros	38.411	1.392	39.803	210.000
	<u>13.132.018</u>	<u>43.212</u>	<u>13.175.230</u>	<u>6.046.500</u>

2013				
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito total	Garantias bancárias
Carclasse – Comércio de Automóveis, S.A.	2.537.080	4.853	2.541.933	1.150.000
Jaguar Automóveis Lisboa, S.A.	3.120.464	6.479	3.126.943	1.375.000
Fomento Industrial e Agrícola do Algarve, Lda.	1.311.070	2.251	1.313.321	487.500
JOP – Veículos e Peças, S.A.	1.072.612	365	1.072.977	250.000
Jaguar - Automóveis, S.A.	808.511	2.999	811.510	782.500
M. Coutinho Porto – Comércio de Automóveis, S.A.	910.696	2.391	913.087	414.000
Auto - Sueco II Automóveis, S.A.	620.831	273	621.104	350.000
AML SPORT, S.A.	0	0	0	0
Ascendum II - Veículos, Unipessoal, Lda.	822.452	368	822.820	400.000
J. H. Ornelas & Cª., Sucessor, Lda.	0	0	0	0
Jaguar Land Rover Portugal - Veículos e Peças, Lda	12.815	22.855	35.670	0
Outros	502.508	880	503.388	802.500
	<u>11.719.038</u>	<u>43.714</u>	<u>11.762.752</u>	<u>6.011.500</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Crédito vincendo – Outros créditos” refere-se essencialmente a empréstimos de curto prazo concedidos a concessionários e postos de venda enquadrados na política comercial da Sociedade (*Cash advance*). De acordo com os contratos celebrados, os concessionários e os postos de venda propõem-se colocar mensalmente na Sociedade contratos de financiamento a clientes de valor pelo menos igual ao do empréstimo concedido.

	2014	2013
SGS CAR - Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.	200.000	0
Fianor Auto, S.A.	130.000	130.000
Automeclis - Comércio de Automóveis, S.A.	50.000	100.000
Outros	0	14.000
	<u>380.000</u>	<u>244.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Crédito vencido – Outros créditos” no valor de 864.000 Euros está decomposto conforme se segue:

	2014	2013
Ficacém - Comércio e Reparação de Automóveis, S.A.	650.000	650.000
Funchalauto - Comércio e Indústria de Automóveis, Lda.	200.000	200.000
Outros	14.000	0
	<u>864.000</u>	<u>850.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Comissões diferidas com base na taxa efectiva (custos)” corresponde a encargos suportados pela sociedade no âmbito do processo de aceitação e celebração de contratos junto da sua rede de captação de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos) - Comissões de campanhas” corresponde à comparticipação da FGA Portugal nas campanhas realizadas pela Sociedade. As comparticipações da FGA Portugal são recebidas no início dos contratos e diferidas de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Nos exercícios de 2014 e 2013, a Sociedade reconheceu em proveitos na rubrica “Juros e rendimentos similares – De campanhas” os montantes de 30.808 Euros e 71.775 Euros, respectivamente (Notas 3.16 e 3.23).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos) – Comissões administrativas” corresponde a valores de comissões cobrados aos clientes durante a celebração do contrato, bem como por diversos serviços prestados pela sociedade durante o decurso do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Comissões diferidas com base na taxa efectiva (proveitos) – Comissões de seguros” corresponde a valores de comissões recebidas pela sociedade pela sua actividade de mediador de seguros junto da sua carteira de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até 3 meses	13.187.543	15.254.747
De três meses a um ano	53.495.242	52.765.111
De um a três anos	40.477.821	47.190.779
De três a cinco anos	17.556.775	22.076.597
Mais de cinco anos	5.999.120	7.218.198
Indeterminado	20.800	42.150
	130.737.301	144.547.582

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2014	2013
Até 3 meses	334.306	592.974
De três meses a um ano	1.240.601	3.580.167
De um a cinco anos	3.117.481	864.740
Mais de cinco anos	3.779	0
	4.696.167	5.037.881

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 4.242.315 Euros e 2.103.594 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as provisões constituídas para fazer face ao risco de crédito podem ser analisadas como segue:

2014						
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
Vendas a Crédito	1.967.627	49.297	942.975	2.959.899	(603.298)	2.356.601
Locação Financeira Mobiliária	836.442	72.185	237.953	1.146.580	91.349	1.237.929
Locadoras	0	0	315.049	315.049	2.165.836	2.480.885
Jaguar / Land Rover	10.343	11.816	127.312	149.471	83.949	233.420
Crédito ao Consumo	68.840	14.330	19.289	102.459	9.277	111.736
Locação Financeira Imobiliária	0	0	8.476	8.476	(8.476)	0
Maserati	20	0	3.772	3.792	0	3.792
Outros Créditos	860.500	0	3.800	864.300	107.898	972.198
	<u>3.743.772</u>	<u>147.628</u>	<u>1.658.626</u>	<u>5.550.026</u>	<u>1.846.535</u>	<u>7.396.561</u>

2013						
	Crédito e juros vencidos	Crédito de cobrança duvidosa	Riscos gerais de crédito	Total de Provisões Regulamentares	Ajustamento ao modelo de imparidade	Total
Vendas a Crédito	1.179.062	45.739	1.125.224	2.350.025	(190.144)	2.159.881
Locação Financeira Mobiliária	826.343	120.153	239.087	1.185.583	617.024	1.802.607
Locadoras	120.800	35.380	318.126	474.306	(283.737)	190.569
Jaguar / Land Rover	437	128	117.062	117.627	0	117.627
Crédito ao Consumo	34.299	1.807	29.412	65.518	29.962	95.480
Locação Financeira Imobiliária	0	0	9.943	9.943	(9.943)	0
Maserati	0	0	0	0	0	0
Outros Créditos	687.500	0	2.442	689.942	(2)	689.940
	<u>2.848.441</u>	<u>203.207</u>	<u>1.841.296</u>	<u>4.892.944</u>	<u>163.160</u>	<u>5.056.104</u>

A provisão para riscos gerais de crédito bem como as outras provisões encontram-se registadas no âmbito da rubrica provisões do passivo (Nota 3.12).

3.6. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica, à data de 31 de Dezembro de 2014, é composta por um imóvel recuperado pela Sociedade resultante da entrada em situação de incumprimento por parte do locatário de contrato de leasing imobiliário, no montante de 434.274 Euros.

Em 2014 o imóvel foi reavaliado originando o registo de uma perda por imparidade de 157.764 Euros.

3.7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014									
	Saldo em 31-12-2013			Aquisições	Alienções / abates			Saldo em 31-12-2014		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis:										
Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	53.818	-	-	(5.239)	53.818	(5.239)	48.579
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	53.818	-	-	[5.239]	53.818	(5.239)	48.579

3.8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, designadamente em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e pelo período de cinco anos em sede de Segurança Social, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2012 a 2014. Adicionalmente, e de acordo com o Artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Em virtude de diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ser efectuadas eventuais correcções pelas autoridades fiscais. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto corrente, relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pode ser demonstrada como se segue:

	2014		2013	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento do imposto		2.575.496		4.123.494
Imposto com base na taxa de imposto nominal	25,75%	663.261	28,41%	1.171.431
Tributação autónoma	2,03%	52.211	0,78%	32.356
Contribuição para o sector bancário	1,99%	51.159	0,11%	4.677
Correcções de estimativa do exercício anterior	0,50%	12.968	0,01%	379
Outros, líquido	4,41%	113.625	2,14%	88.383
	<u>34,68%</u>	<u>893.224</u>	<u>31,46%</u>	<u>1.297.226</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a taxa nominal de imposto foi apurada da seguinte forma:

	2014			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	24,50%	1.500.000	367.500	14,27%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	27,50%	1.075.496	295.761	11,48%
		<u>2.575.496</u>	<u>663.261</u>	<u>25,75%</u>

	2013			
	Taxa de imposto	Lucro tributável	Imposto	Taxa nominal
Taxa normal de imposto	26,50%	1.500.000	397.500	9,64%
Taxa normal de imposto acrescida da derrama	29,50%	2.623.494	773.931	18,77%
		<u>4.123.494</u>	<u>1.171.431</u>	<u>28,41%</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o imposto corrente a pagar foi determinado como segue:

	2014	2013
Estimativa de imposto corrente do exercício	1.439.210	1.011.573
Pagamentos por conta	(1.022.762)	(1.064.558)
Retenções de impostos na fonte	(491)	(18)
(Imposto a recuperar) / Imposto a pagar	<u>415.957</u>	<u>(53.003)</u>

O movimento verificado nos activos e passivos por impostos diferidos, durante os exercícios de 2014 e 2013 diz respeito essencialmente à constituição de provisões temporariamente não aceites como custo fiscal, conforme se segue:

Rubrica	Saldos a 31-12-2013	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2014
Riscos gerais de crédito	45.824		(20.991)	0	24.833
Para imparidade do crédito	42.744	329.606	0	0	372.350
Imparidade e ajustamentos em imóveis	0	38.179	0	0	38.179
Outras provisões	484.182	212.160	0	0	696.342
	<u>572.750</u>	<u>579.945</u>	<u>(20.991)</u>	<u>0</u>	<u>1.131.704</u>

Rubrica	Saldos a 31-12-2012	Reforços	Reversões	Transf. + / -	Saldos a 31-12-2013
Riscos gerais de crédito	68.082	0	(22.258)	0	45.824
Para imparidade do crédito	457.600	0	(414.856)	0	42.744
Imparidade e ajustamentos em imóveis	0	0	0	0	0
Outras provisões	332.367	151.815	0	0	484.182
	<u>858.049</u>	<u>151.815</u>	<u>(437.114)</u>	<u>0</u>	<u>572.750</u>

3.9. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Devedores diversos:</u>		
* FGA Portugal, S.A. (Nota 3.23)	245.123	5.422.072
* Concessionários	25.461	176.578
* Comissões de seguros	150.219	156.811
* FGA Distribuidora, S.A. (Nota 3.23)	59.987	27.680
* Jaguar Land Rover, Ltd.	60.000	0
* Contratos em recepção	160.000	0
* Outros	292.763	208.060
<u>Sector Público Administrativo:</u>		
* Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	116.913	1.071.679
* Imposto a recuperar	0	0
	<u>1.110.466</u>	<u>7.062.880</u>
Imparidade em outros activos	(52.791)	0
Outros activos líquidos de imparidade	<u>1.057.675</u>	<u>7.062.880</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica FGA Portugal corresponde, essencialmente, ao valor de retoma facturado pelas viaturas associadas a contratos celebrados com locadoras (Nota 3.5).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Comissões de seguro” corresponde às comissões a receber das seguradoras *Financial Insurance Company Limited* e *Financial Assurance Company Limited*, que actuam em Portugal sob a marca comunitária *Genworth Financial*, pela angariação de contratos de seguros associados aos contratos de locação financeira e de crédito ao consumo celebrados pela Sociedade. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui os prémios a receber da *Genworth Financial* relativos a contratos rescindidos antecipadamente, bem como as comissões a receber relativamente ao último trimestre de 2014 e 2013.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Concessionários” refere-se, essencialmente, a débitos de Imposto Único de Circulação e à facturação de valores residuais de contratos de locação financeira efectuados a estes nos últimos dias do mês.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica FGA Distribuidora corresponde, essencialmente, a débitos efectuados relativos a imposto de circulação (IUC) e a reservas de propriedade que, à data ainda não se encontravam liquidados.

3.10. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica refere-se ao justo valor de operações de *swap* de taxa de juro contratadas com a FGA Itália (8 e 11 operações em 2014 e 2013, respectivamente). No âmbito de tais contratos, a Sociedade troca taxas de juro fixas por taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos *swaps* e os prazos residuais por montante nocional apresentam o seguinte detalhe:

2014								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1 ano ≤ 2 anos	> 2 anos ≤ 3 anos	> 3 anos ≤ 5 anos	> 5 anos	Valor nocional total
233.341	-	-	-	-	1.500.000	2.500.000	-	4.000.000
210.908	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
170.011	-	-	-	-	-	3.100.000	250.000	3.350.000
165.230	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
109.315	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
94.061	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	-	10.000.000
25.279	-	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	2.000.000
18.436	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
1.026.581	7.000.000	1.000.000	8.000.000	12.000.000	3.500.000	7.600.000	250.000	39.350.000

2013								
Justo valor	Até 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 2 anos	> 2 anos <= 3 anos	> 3 anos <= 5 anos	> 5 anos	Valor nacional total
264.804	-	-	-	-	5.000.000	-	-	5.000.000
231.789	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
230.078	-	-	-	-	5.000.000	-	-	5.000.000
154.465	-	-	-	-	-	3.500.000	500.000	4.000.000
106.029	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
93.106	-	-	5.000.000	-	-	-	-	5.000.000
90.470	1.000.000	-	1.000.000	2.000.000	-	-	-	4.000.000
78.541	-	-	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
21.036	5.000.000	-	-	-	-	-	-	5.000.000
20.348	-	-	-	-	-	-	3.350.000	3.350.000
7.695	3.000.000	-	2.000.000	4.000.000	2.000.000	4.000.000	-	15.000.000
1.298.361	9.000.000	-	13.000.000	16.000.000	12.000.000	7.500.000	3.850.000	61.350.000

Os juros a pagar incluídos no apuramento do justo valor dos contratos de *swap* em aberto em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, nos montantes de 76.585 Euros e 154.939 Euros, respectivamente, foram registados por contrapartida da rubrica de "Juros e encargos similares" (Nota 3.16).

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica "Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração do rendimento integral no montante de 193.426 e 1.324.802 Euros respectivamente, refere-se ao impacto líquido da reavaliação das operações de derivados.

3.11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
<u>À vista:</u>		
* Descobertos bancários	3.302.536	4.335.081
<u>A prazo ou com pré-aviso:</u>		
* Empréstimos de curto prazo	38.000.000	61.500.000
	41.302.536	65.835.081
Juros a pagar	139.532	288.183
	41.442.068	66.123.264

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os descobertos bancários encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras e apresentavam as seguintes condições contratuais:

	2014	2013	Limite Crédito	Remuneração
Caixa Geral de Depósitos	3.302.536	4.335.081	15.000.000	EUR 1M + 4,25%
	3.302.536	4.335.081		

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos a prazo, ou com pré-aviso, encontravam-se domiciliados nas seguintes entidades:

	2014	2013
Caixa Geral de Depósitos	5.000.000	0
FGA Itália (Nota 3.23)	33.000.000	61.500.000
	<u>38.000.000</u>	<u>61.500.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura em função do seu prazo residual:

	2014	2013
Até três meses	38.000.000	61.500.000
	<u>38.000.000</u>	<u>61.500.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos de curto prazo venciam juros às taxas médias anuais brutas de 2,10% e 2,01%, respectivamente.

3.12. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NAS IMPARIDADES

O movimento nas provisões até 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

2014						
	Saldos em					Saldos em
	31.12.13	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31.12.14
Crédito e juros vencidos (Nota 3.5)	2.848.441	6.695.865	(5.460.008)	(340.526)	-	3.743.772
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.5)	366.367	4.752.534	(3.124.738)	-	-	1.994.163
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.6)	-	157.764	-	-	-	157.764
Imparidade de outros activos (Nota 3.9)	-	52.791	-	-	-	52.791
	3.214.808	11.658.954	(8.584.746)	(340.526)	-	5.948.490
Fiscos gerais de crédito (Nota 3.5)	1.841.296	825.262	(1.007.932)	-	-	1.658.626
Outras provisões	1.192.344	977.076	(453.687)	(57.731)	-	1.658.002
Para outras aplicações	-	342.839	-	(342.839)	-	-
	3.033.640	2.145.177	(1.461.619)	(400.570)	-	3.316.628
	6.248.448	13.804.131	(10.046.365)	(741.096)	-	9.265.118

2013						
	Saldos em					Saldos em
	31.12.12	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31.12.13
Crédito e juros vencidos (Nota 3.5)	1.475.882	5.487.459	(693.585)	(3.421.315)	-	2.848.441
Créditos de cobrança duvidosa (Nota 3.5)	1.925.475	2.336.389	(3.895.497)	-	-	366.367
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 3.6)	-	-	-	-	-	0
Imparidade de outros activos (Nota 3.9)	-	-	-	-	-	0
	3.401.357	7.823.848	(4.589.082)	(3.421.315)	-	3.214.808
Fiscos gerais de crédito (Nota 3.5)	2.093.149	789.544	(1.041.397)	-	-	1.841.296
Outras provisões	832.956	927.757	(199.104)	(369.265)	-	1.192.344
Para outras aplicações	-	147.657	-	(147.657)	-	-
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
	2.926.105	1.864.958	(1.240.501)	(516.922)	-	3.033.640
	6.327.462	9.688.806	(5.829.583)	(3.938.237)	-	6.248.448

A Sociedade assumiu perante a FGA Distribuidora o risco de incobrabilidade das responsabilidades dos concessionários Rodosul, Fimafr e Mundauto no produto *Cash Advance*, no montante global de 1.034.250 Euros, tendo constituído uma provisão para fazer face ao compromisso de recompra destes activos e de compensação da FGA Distribuidora pelas perdas em que esta venha a incorrer resultante do processo de cobrança dos créditos.

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Outras provisões" no total de 1.658.002 Euros inclui, conforme referido acima, 1.034.250 Euros para fazer face ao risco de incobrabilidade no produto *Cash Advance*, 89.287 Euros que se destinam a fazer face fundamentalmente, a contingências legais e fiscais, e, por último 534.465 Euros que se destinam a cobrir custos com alteração de denominação social a nível do grupo financeiro em que a Sociedade se insere e outros encargos relativos ao processo de reestruturação da Sociedade.

3.13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Rubricas a regularizar:</u>		
* Jaguar / Land Rover	0	35.490
* Outras	490	1.876
<u>Fornecedores</u>	106.236	37.087
<u>Credores Diversos</u>		
* FGA Distribuidora, S.A. (Nota 3.23)	2.183.036	1.941.831
* Comissões de seguros (Nota 3.26)	222.387	174.387
* Pagamentos parcelares e outros recebimentos a regularizar	90.268	145.375
* FGA Itália (Nota 3.23)	0	61.687
* Genworth Financial (Nota 3.26)	21.354	25.067
* Concessionários	6.405	6.567
* FGA Portugal (Nota 3.23)	0	916
* Cauções recebidas	44.873	0
* FGA Capital UK, Ltd. (Nota 3.23)	0	470.754
* Outras	119.240	122.354
<u>Remunerações a liquidar</u>	192.143	152.723
<u>Custos administrativos</u>		
* Bónus de volume	468.743	290.768
* Auditoria e consultoria	96.817	70.552
* Custos com campanhas	56.610	17.000
* Outros	72.881	28.803
<u>Receitas com Rendimento Diferido</u>	173.512	0
<u>Sector Público Administrativo:</u>		
* Imposto de selo	41.819	41.668
* Contribuições para a Segurança Social	26.396	31.336
* Outros impostos	65.497	115.569
	3.988.707	3.771.810

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “FGA Distribuidora” corresponde, essencialmente, ao valor de aquisição das viaturas associadas aos contratos de crédito celebrados nos últimos meses do semestre.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Comissões de seguros” refere-se à estimativa dos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade que ainda não foram facturados pela *Genworth Financial*.

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “FGA Capital UK” refere-se ao valor a liquidar a esta entidade pela cedência do anterior Administrador Delegado da Sociedade, o qual se encontrou em funções desde o último trimestre de 2011 até Agosto de 2013 inclusivé. Anteriormente este valor era processado através do processamento salarial da sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Pagamentos parcelares e outros recebimentos por regularizar” refere-se, essencialmente, a antecipações de contratos e a pagamentos parciais de prestações que apenas foram associados aos respectivos contratos de locação financeira no exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “*Genworth Financial*” refere-se, essencialmente, ao montante facturado pela *Genworth Financial* no final desses semestres relativamente aos prémios dos contratos de seguro angariados pela Sociedade deduzido das comissões a receber pela angariação dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Remunerações a liquidar” inclui a especialização do subsídio de férias e dos prémios a pagar no exercício seguinte aos colaboradores, nos montantes de 91.743 Euros e 100.400 Euros, respectivamente (102.323 Euros e 50.400 Euros para o subsídio de férias e para os prémios a liquidar em 31 de Dezembro de 2013, respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Bónus volume” refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos últimos meses do ano.

3.14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 2.000.000 de acções com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas na sua totalidade pela *Fiat Group Automobile Capital, S.p.A.*.

3.15. OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Outras reservas e resultados transitados		
* Reservas legais	7.932.221	7.649.594
* Reservas livres	57.721.462	55.177.822
* Resultados transitados e outras reservas	5.957.872	5.957.872
	<u>71.611.555</u>	<u>68.785.288</u>
Resultado líquido do exercício	1.682.272	2.826.268
	<u>73.293.827</u>	<u>71.611.556</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação dos resultados

Na Assembleia Geral a ser realizada no dia 20 de Março 2015 será proposto pelo Conselho de Administração da Sociedade a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 em Reservas Legais (10%) e em Reservas Livres.

Na Assembleia Geral de 18 de Março de 2014 foi deliberada a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013 em Reservas Legais (10%) e em Reservas Livres.

	2014	2013
Reservas legais	168.227	2.543.640
Reservas livres	1.514.045	282.627
	<u>1.682.272</u>	<u>2.826.267</u>

3.16. JUROS E RENDIMENTOS / ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
* De crédito concedido	8.388.039	9.931.115
* De campanhas (Notas 3.5 e 3.23)	30.808	71.775
* De disponibilidades	671	513
	<u>8.419.518</u>	<u>10.003.403</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
* De empréstimos	1.087.870	1.558.476
* De instrumentos derivados - <i>swaps</i> de taxa de juro	824.730	1.220.771
	<u>1.912.600</u>	<u>2.779.247</u>
Margem financeira	<u>6.506.918</u>	<u>7.224.156</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Juros e encargos similares – de empréstimos” inclui juros relativos aos financiamentos obtidos junto da FGA Itália, nos montantes de 954.383 Euros e 1.551.725 Euros, respectivamente (Nota 3.23).

3.17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Comissões administrativas	2.029.987	1.960.546
Reembolso de despesas		
* De despesas de cobrança	640.601	692.390
* De portes	414.108	470.816
Comissões de seguros	601.652	1.052.403
Comissões associadas ao negócio JLR	48.488	0
Prestação de serviços diversos		
* Penalizações por antecipações	167.006	39.729
* Outras penalizações	45.049	47.748
	<u>3.946.891</u>	<u>4.263.632</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Comissões administrativas” refere-se ao valor cobrado pela Sociedade aos seus clientes, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efectiva (Nota 3.5).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Despesas de cobrança” corresponde ao valor debitado pela Sociedade pelo atraso no pagamento de prestações por parte dos seus clientes, sendo o mesmo apenas registado no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Reembolso de despesas - Portes” corresponde ao valor debitado pela Sociedade aos seus clientes por cada prestação cobrada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Comissões de seguros” corresponde às comissões recebidas pela angariação de contratos de seguros. Parte destas comissões são transferidas para os concessionários e vendedores (Nota 3.18).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Prestação de serviços diversos” corresponde ao valor debitado pela Sociedade resultante de alterações solicitadas pelos clientes relacionadas com a antecipação dos contratos e de outras condições contratuais.

3.18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Comissões por angariação de contratos	1.756.863	1.744.606
Comissões por operações realizadas por terceiros	144.453	145.620
	1.901.316	1.890.226

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Comissões por angariação de contratos” respeitava aos custos suportados pela Sociedade, por contrato celebrado, no âmbito do processo de aprovação de crédito. Estas comissões são diferidas e reconhecidas com base no método da taxa de juro efectiva (Nota 3.5).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” refere-se a custos associados à cobrança de valores nas restantes instituições de crédito nacionais, onde se encontram domiciliadas as contas de depósitos dos clientes da Sociedade.

3.19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Recuperação de crédito		
* Capital	1.244.891	1.363.702
* Juros e outras despesas	200.760	244.376
Reembolso de despesas		
* Emolumentos	115.571	95.123
* Outros	0	6.175
Mais-valias em bens adquiridos por recuperação	100.904	6.266
Reservas de propriedade	52.402	82.634
Reembolso de despesas de tribunal	7.324	15.087
Outros	31.742	0
	<u>1.753.594</u>	<u>1.813.363</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Impostos indirectos	(9.741)	(60.853)
Fundo de resolução	(9.199)	(15.849)
Quotizações e donativos	(7.183)	(8.984)
Perdão de dívidas a clientes	0	(49.488)
Outros	(3.798)	(14.866)
	<u>(29.921)</u>	<u>(150.040)</u>
	<u>1.723.673</u>	<u>1.663.323</u>

A rubrica de “Recuperação de crédito” compreende os valores referentes a dívidas de clientes recuperados através da via judicial e extra judicial.

A rubrica de reembolso de despesas nomeadamente “Emolumentos” e “Reservas de propriedade” é composta essencialmente pelos valores facturados a concessionários e outros agentes com intervenção no financiamento de viaturas, referentes a registos na conservatória do registo automóvel e de notariado.

A rubrica de “Mais-valias em bens adquiridos por recuperação” resulta da diferença positiva entre a venda dos automóveis locados em regime Leasing e o valor desses mesmos bens registados nos nossos livros.

3.20. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Remuneração dos empregados	1.409.068	1.511.128
Encargos sociais		
* Segurança Social	258.428	282.946
* Outros	11.275	9.157
	<u>269.703</u>	<u>292.103</u>
Outros encargos com o pessoal		
* Indemnizações contratuais	240.448	30.000
* Seguros de saúde	27.418	27.424
* Subsídio de renda	0	16.972
* Subsídio de estudo	0	12.288
* Outros	1.581	14.086
	<u>269.447</u>	<u>100.770</u>
	<u><u>1.948.218</u></u>	<u><u>1.904.001</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Indemnizações contratuais” referia-se ao montante pago a título de indemnizações por contratos celebrados com funcionários da Sociedade.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número médio de pessoal ao serviço da Sociedade era de 37 e 41 empregados, respectivamente.

3.21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Fornecimento de terceiros:</u>		
* Água, energia e combustíveis	35.464	43.319
* Material de consumo corrente	1.094	1.929
* Outros	573	680
	<u>37.131</u>	<u>45.928</u>
<u>Serviços de terceiros:</u>		
* FGA Distribuidora (Nota 3.23)	729.360	728.702
* Trabalho independente	407.096	474.903
* Rent-a-car (Nota 3.23)	189.119	226.990
* Auditoria e consultoria	175.464	114.300
* Reservas, transferências e registos	171.290	178.144
* Judiciais, contencioso e notariado	87.646	115.262
* Serviços de recuperação de créditos	79.863	140.647
* Serviços especializados de informática	53.818	88.855
* Deslocações e estadas	45.539	65.530
* Seguros de viaturas de serviço próprio	39.120	42.256
* Assistência jurídica à Sociedade	28.808	23.029
* Conservação e reparação	17.129	10.840
* Formação de pessoal	14.305	8.818
* Comunicações e despesas de expedição	11.041	11.135
* Serviços de informações	7.911	10.690
* FGA Capital UK (Nota 3.13 e 3.23)	0	352.714
* Seguros de extensão de garantia	0	4.474
* Outros	88.233	55.752
	<u>2.145.742</u>	<u>2.653.041</u>
	<u><u>2.182.873</u></u>	<u><u>2.698.969</u></u>

Nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a FGA Distribuidora, relativo a cedência de espaço e equipamento, serviços de apoio e manutenção de equipamento informático, serviços de conservação e reparação, serviços de comunicações e estacionamento de viaturas apreendidas, foram facturados durante os exercícios de 2014 e 2013, os montantes de 729.360 Euros e 728.702 Euros, respectivamente (Nota 3.23).

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica “FGA Capital UK” refere-se aos custos relativos à cedência do anterior Administrador Delegado da Sociedade, o qual se encontrou em funções desde o último trimestre de 2011 até Agosto de 2013, inclusivé. Anteriormente este valor era processado através do processamento salarial da sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Rent-a-car” incorpora o valor de 79.457 Euros referente ao aluguer operacional de viaturas de serviço à FGA Distribuidora (Nota 3.23). Este valor era em 31 de Dezembro de 2013 de 226.990 Euros. De acordo com os contratos de aluguer operacional realizados, a FGA Portugal obriga-se a adquirir as viaturas no final dos contratos pelo respectivo valor residual, não existindo opção de compra por parte da Sociedade ou dos seus colaboradores.

3.22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Todos os proveitos gerados pela actividade da Sociedade nos exercícios de 2014 e 2013 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a actividade da Sociedade enquadra-se no âmbito da categoria denominada de “Banca Comercial”.

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, o Conselho de Administração da Sociedade considera que toda a sua actividade creditícia se insere na linha de negócio designada por “Crédito especializado”, não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

3.23. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas todas as empresas do Grupo FGA e os órgãos de gestão da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos da demonstração da posição financeira e as principais transacções ocorridas nas demonstrações dos rendimentos integrais com entidades do Grupo FGA, eram os seguintes:

	2014				2013			
	FGA Portugal	FGA Distribuidora	FGA Itália	FGA UK	FGA Portugal	FGA Distribuidora	FGA Itália	FGA UK
Crédito a clientes (Nota 3.5)	26.096.027	-	-	-	27.722.247	-	-	-
Outros activos (Nota 3.9)	245.123	59.987	-	-	5.422.072	27.680	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 3.10)	-	-	(1.026.581)	-	-	-	(1.298.361)	-
Recursos de outras instituições crédito (Nota 3.11)	-	-	(33.086.048)	-	-	-	(61.784.919)	-
Outros passivos (Nota 3.13)	-	(2.183.036)	-	-	(916)	(1.941.831)	(61.687)	(470.754)
Juros e rendimentos similares (Nota 3.16)	(30.808)	-	-	-	(71.775)	-	-	-
Juros e encargos similares (Nota 3.16)	-	-	1.779.113	-	-	-	2.772.496	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(193.426)	-	-	-	(1.324.802)	-
Gastos gerais administrativas (Nota 3.21)	-	808.817	-	-	-	955.692	-	352.714
Instrumentos financeiros (Nota 3.27)	-	-	39.350.000	-	-	-	61.350.000	-

Saldos devedores / (saldos credores)

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os membros dos órgãos de gestão não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade. Nas mesmas datas, não existem créditos concedidos aos órgãos de gestão.

3.24. OPERAÇÕES A PRAZO NÃO VENCIDAS À DATA DO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade mantinha em aberto os seguintes contratos de *swap* de taxa de juro celebrados com a FGA Itália (Notas 3.10 e 3.23):

2014						
Montante nocional	Data de		Paga Taxa Fixa	Recebe Taxa Variável	Tx. Variável a 31.12.2014	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim				
2.000.000	08-04-2009	30-09-2015	2,580%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-07-2009	27-07-2015	2,961%	EUR 3 M	0,085%	Jan., Abr., Jul. e Out.
5.000.000	27-12-2010	27-09-2016	2,450%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-05-2016	2,376%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-10-2011	27-01-2015	1,528%	EUR 3 M	0,085%	Jan., Abr., Jul. e Out.
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	0,082%	Mar., Jun., Set. e Dez.
10.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	0,081%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	0,083%	Mar., Jun., Set. e Dez.
39.350.000						

2013						
Montante nocional	Data de		Paga Taxa Fixa	Recebe Taxa Variável	Tx. Variável a 31.12.2013	Data de vencimento dos cupões
	Início	Fim				
4.000.000	08-04-2009	30-09-2015	2,580%	EUR 3 M	0,293%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-07-2009	28-07-2014	2,719%	EUR 3 M	0,225%	Jan., Abr., Jul. e Out.
5.000.000	27-07-2009	27-07-2015	2,961%	EUR 3 M	0,225%	Jan., Abr., Jul. e Out.
5.000.000	31-03-2010	31-03-2014	1,978%	EUR 3 M	0,293%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-09-2016	2,450%	EUR 3 M	0,294%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	27-12-2010	27-05-2016	2,376%	EUR 3 M	0,294%	Mar., Jun., Set. e Dez.
5.000.000	25-02-2011	27-10-2014	2,372%	EUR 3 M	0,225%	Jan., Abr., Jul. e Out.
5.000.000	27-10-2011	27-01-2015	1,528%	EUR 3 M	0,225%	Jan., Abr., Jul. e Out.
4.000.000	30-12-2011	29-03-2019	1,843%	EUR 3 M	0,293%	Mar., Jun., Set. e Dez.
15.000.000	29-10-2012	27-08-2018	0,642%	EUR 3 M	0,227%	Fev., Mai., Ago. e Nov.
3.350.000	26-09-2013	26-03-2020	1,315%	EUR 3 M	0,294%	Mar., Jun., Set. e Dez.
61.350.000						

3.25. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remunerações é descrita nos dois pontos abaixo indicados, os quais se encontram previstos no *Budget* anual relativo a custos de Estrutura/Pessoal:

Aumentos de salário / Promoções de carreira

Em meados do ano é solicitado pelo *Headquarter* a apresentação de uma proposta referente a aumentos de salários e promoções, tendo em conta o limite definido anualmente, a selectividade (nº de salários de colaboradores com aumentado/promoções), bem como o custo previsto do *Budget* anual.

As propostas são recolhidas pelo *Human Resources & General Services* junto dos Responsáveis de cada área e apresentadas ao *Country Manager* para avaliação e autorização. Posteriormente são enviadas ao *Headquarter* para validação final. Os Responsáveis propõem os aumentos e as promoções com base:

1. Nos resultados do Sistema de Avaliação de Colaboradores (Sistema interno de avaliação internacional - PLM) que abrange as funções *core* da empresa (*Professionals*).
2. Na avaliação directa de um colaborador que se destaque pela *performance* e liderança, tendo em conta a data do último aumento.

Após a validação das propostas por parte do *Headquarter*, são actualizados os salários e promoções, sendo feita a comunicação aos colaboradores interessados durante o último trimestre do mesmo ano.

Nova admissão de colaboradores

Os valores dos salários para novos Colaboradores baseiam-se na grelha salarial interna da Sociedade e em estudos de mercado actuais referentes às remunerações praticadas no mesmo sector de negócio.

Estrutura da sociedade:

O Conselho de Administração da FGA Capital IFIC, SA é composto pelos seguintes elementos:

Alberto Grippo – Presidente
Joaquim Luiz Gomes – Vogal
Andreia Faina – Vogal
Luca Napolitano – Vogal
João Miguel dos Santos Leandro – Vogal

Nos exercícios de 2014 e 2013 os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer tipo de remuneração pelo exercício das suas funções nos órgãos de gestão da Sociedade.

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 17.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, os colaboradores da Sociedade abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do referido Aviso auferiram as seguintes remunerações:

	Número de colaboradores	Componente		Total
		Fixa	Variável	
Finance	1	77.419	3.190	80.609
Compliance & Risk Permanent Control	1	53.629	3.300	56.929
Gestão do Risco de Crédito	1	59.923	3.820	63.743
Auditoria Interna	1	37.890	2.380	40.270
	4	228.861	12.690	241.551

A componente variável é definida centralmente pela FGA Itália em função, essencialmente, do resultado líquido consolidado do Grupo, do contributo da Sociedade para a obtenção do mesmo, bem como da *performance* individual do colaborador para esse desempenho.

Não são atribuídos benefícios não monetários aos colaboradores.

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	2014	2013
Revisão Legal de Contas	45.410	50.450
Outros serviços de garantia de fiabilidade	34.400	41.100
	<u>79.810</u>	<u>91.550</u>

Durante o exercício de 2014 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas procedeu à facturação dos seguintes montantes:

Revisão Legal de Contas	79.155
Outros serviços de garantia de fiabilidade	<u>9.500</u>
	<u>88.655</u>

3.26. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Sociedade, para além da sua actividade principal de concessão de crédito, exerce também a actividade de mediação de seguros, estando registada no Instituto de Seguros de Portugal com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo tal actividade em exclusividade com a seguradora *Genworth Financial*, a qual se dedica ao exercício da actividade de seguros para os ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, a Sociedade efectua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados à referida seguradora, a Sociedade recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em protocolo estabelecido entre ambas as entidades.

As comissões recebidas pela Sociedade pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. Ambas as componentes são calculadas pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor dos prémios angariados. A componente variável depende do volume de contratos de

seguro angariados, sendo que nos últimos dois anos a Sociedade cumpriu com o respectivo volume.

Estas comissões são recebidas trimestralmente.

- Comissões por participação nos resultados de seguros ("*Profit share*"), as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no ano seguinte àquele a que respeitam.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas em resultados de forma equivalente aos juros dos contratos de locação de viaturas a elas associadas através do método da taxa de juro efectiva, na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões", e ascenderam em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a 601.652 Euros e 1.052.403 Euros, respectivamente (Nota 3.17).

As remunerações a receber da seguradora que ainda não tenham sido facturadas, à data de 31 de Dezembro de cada ano, são reconhecidas como um activo no balanço, na rubrica de "Outros activos" (Nota 3.9). Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as remunerações a receber ascendiam a 150.219 Euros e 156.811 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existiam quaisquer comissões de seguros por receber vencidas.

Os prémios dos contratos de seguros angariados pela Sociedade que se encontravam por liquidar à *Genworth Financial* são registados na rubrica de "Outros passivos" (Nota 3.13) e ascendiam em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a 222.387 Euros e 174.387 Euros, respectivamente.

As remunerações de mediação de seguros auferidas pela Sociedade e os prémios angariados nos últimos três anos foram os seguintes:

	2014	2013	2012
Comissões	396.812	313.878	504.928
<i>Profit Share</i>	2.406	73.437	1.585
Total das remunerações recebidas	399.218	387.315	506.513
	561.031	468.265	768.188
% remunerações recebidas sobre prémios angariados	71,16%	82,71%	65,94%

No exercício de 2014, as comissões auferidas pela Sociedade relativamente à angariação de prémios de seguro do ramo vida e do ramo não vida ascenderam aos 387.943 Euros e 8.869 Euros, respectivamente. Em 2013, as comissões do ramo vida e não vida foram de 297.503 Euros e 16.375 Euros, respectivamente.

Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto tomador de seguro) directamente à *Genworth Financial* independentemente de serem cobrados.

3.27. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Gestão e controlo do risco****Risco de crédito**

Risco de crédito corresponde ao risco de existirem perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes que não se encontra vencido, apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Veículos Novos	36.414.128	43.737.698
Locadoras	31.504.975	31.348.337
Locação Financeira Mobiliária	18.023.379	17.610.173
Veículos Usados	13.971.225	17.349.338
Programa Finplus	8.656.906	9.597.364
Crédito ao Consumo	1.197.139	1.810.553
Locação Financeira Imobiliária	847.556	994.253
Outros Créditos	380.000	244.155
	<u>110.995.308</u>	<u>122.691.871</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes em situação de incumprimento, apresenta o seguinte detalhe:

	2014		2013	
	Vivo	Vencido	Vivo	Vencido
Jaguar / Land Rover	12.754.844	41.249	11.719.038	43.714
Veículos Novos	2.192.666	917.924	2.799.297	745.075
Veículos Usados	2.056.383	1.124.187	2.254.702	882.891
Locação Financeira Mobiliária	1.412.068	1.177.648	2.794.274	1.764.788
Programa Finplus	832.763	474.609	978.829	342.781
Maserati	377.174	1.963	0	0
Crédito ao Consumo	116.095	94.587	163.878	59.837
Locadoras	0	0	1.145.693	348.795
Outros Créditos	0	864.000	0	850.000
	<u>19.741.993</u>	<u>4.696.167</u>	<u>21.855.711</u>	<u>5.037.881</u>

A partir de Março de 2008, a Sociedade passou a utilizar um novo modelo de *scoring* para gestão do risco de crédito. De acordo com este novo modelo, os níveis de *scoring* passaram a ser apenas dois, "A" e "E", sendo o primeiro um indicador forte favorável à aceitação da operação e para situações resultantes do segundo exigida uma análise adicional. A atribuição dos níveis de *scoring* tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

Veículos novos:

- Antiguidade no emprego
- Produto subjacente à operação
- Código postal
- Estado civil / Idade do Proponente
- Marca do veículo
- Percentagem de Entrada inicial
- Prazo da operação
- Profissão do cliente
- Tipo de habitação (arrendada, habitação própria, outros)

Veículos usados:

- Código Postal
- Estado Civil * Tipo De Habitação
- Idade do Veículo no Final do contrato (Meses)
- Marca
- Percentagem Entrada Inicial
- Profissão Do Cliente
- Antiguidade Na Empresa
- Situação Na Empresa

O *scoring* é atribuído para efeitos de aceitação da proposta do cliente, não sendo actualizado ao longo do contrato. Mensalmente, é feita uma análise comparativa entre a produção e o comportamento histórico dos clientes em carteira, de modo a verificar se ainda se mantém a correlação entre o *scoring* atribuído e a tipologia dos novos clientes. Quando esta correlação sofre alterações significativas é alterado o modelo de *scoring*.

Este modelo não é directamente comparável com o modelo vigente até Fevereiro de 2008 que assentava na atribuição de vários níveis de *scoring*, que variavam entre A e E, e tinham subjacente o grau de risco inerente do cliente determinado com base nos seguintes factores:

- Antiguidade do relacionamento com a Sociedade
- Idade do cliente
- Estado civil
- Profissão do cliente
- Tipo de habitação (arrendada, habitação própria, outros)
- Código postal
- Remuneração mensal do agregado familiar
- Outros rendimentos não confirmados
- Entrada inicial
- Tipo de produto (locação financeira, vendas a crédito ou crédito ao consumo)
- Montante do crédito
- Idade do veículo no final do contrato (apenas no caso de viaturas usadas)
- Histórico de cumprimento

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes apresentava o seguinte detalhe por *scoring* interno:

	2014		2013	
	Vivo	Vencido	Vivo	Vencido
Contratos celebrados após Fevereiro de 2008:				
Particulares				
A				
• Com vencido	4.960.739	2.019.163	5.537.548	1.603.383
• Sem vencido	62.262.281	-	71.025.026	-
	67.223.020	2.019.163	76.562.574	1.603.383
E				
• Com vencido	417.449	214.519	409.367	205.789
• Sem vencido	3.307.810	-	4.248.726	-
	3.725.259	214.519	4.658.093	205.789
Empresas				
• Com vencido	14.357.807	2.407.745	15.825.921	3.104.286
• Sem vencido	45.385.702	-	46.868.309	-
	59.743.509	2.407.745	62.694.230	3.104.286
	130.691.788	4.641.427	143.914.897	4.913.458
Contratos celebrados até Fevereiro de 2008:				
Particulares				
A				
• Com vencido	5.535	29.141	56.036	53.681
• Sem vencido	32.345	-	418.606	-
	37.880	29.141	474.642	53.681
D				
• Com vencido	459	7.705	13.016	27.642
• Sem vencido	2.332	-	43.447	-
	2.791	7.705	56.463	27.642
E				
• Com vencido	-	2.868	8.252	23.862
• Sem vencido	1.140	-	20.173	-
	1.140	2.868	28.425	23.862
Empresas				
• Com vencido	5	15.026	5.571	19.238
• Sem vencido	3.697	-	67.584	-
	3.702	15.026	73.155	19.238
	45.513	54.740	632.685	124.423
	130.737.301	4.696.167	144.547.582	5.037.881

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) de forma a cobrir as obrigações (saídas de caixa) da Sociedade em determinados momentos do tempo.

Para efeitos da gestão do risco de liquidez é preparada uma análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos, de forma a mapear no tempo os fluxos de caixa que lhe estão associados, a identificar eventuais problemas de liquidez no futuro e a antecipar medidas correctivas que minorem seu impacto.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

		2014						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	449	-	-	-	-	-	-	449
Disponibilidades em outras instituições de crédito	377.726	-	-	-	-	-	-	377.726
Crédito a clientes	-	13.187.543	53.495.242	40.477.821	17.556.775	5.999.120	4.716.967	135.433.468
Swaps de taxa de juro	-	7.000.000	9.000.000	15.500.000	7.600.000	250.000	-	39.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	-
De crédito a clientes	-	1.641.797	4.090.104	6.159.639	2.082.733	435.388	167.256	14.576.917
De swaps de taxa de juro	1.257	7.998	11.980	26.525	14.038	194	-	61.992
	379.432	21.837.338	66.597.326	62.163.985	27.253.546	6.684.702	4.884.223	189.800.552
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	3.302.536	38.000.000	-	-	-	-	-	41.302.536
Swaps de taxa de juro	-	7.000.000	9.000.000	15.500.000	7.600.000	250.000	-	39.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	-
De recursos de outras instituições de crédito	-	218.205	-	-	-	-	-	218.205
De swaps de taxa de juro	32.026	174.727	398.424	426.941	106.969	822	-	1.139.909
	3.334.562	45.392.932	9.398.424	15.926.941	7.706.969	250.822	0	82.010.650
Gap de liquidez:	(2.955.130)	(23.555.594)	57.198.902	46.237.044	19.546.577	6.433.880	4.884.223	107.789.902

		2013						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	564	-	-	-	-	-	-	564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	399.513	-	-	-	-	-	-	399.513
Crédito a clientes	-	15.254.747	52.765.111	47.190.779	22.076.597	7.218.198	5.080.032	149.585.464
Swaps de taxa de juro	-	9.000.000	13.000.000	28.000.000	7.500.000	3.850.000	-	61.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	-
De crédito a clientes	-	2.019.507	4.915.076	7.384.906	2.606.937	506.335	517.361	17.950.122
De swaps de taxa de juro	7.907	39.384	120.959	293.925	156.452	23.890	-	642.517
	407.984	26.313.638	70.801.146	82.869.610	32.339.986	11.598.423	5.597.393	229.928.180
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito	4.335.081	61.500.000	-	-	-	-	-	65.835.081
Swaps de taxa de juro	-	9.000.000	13.000.000	28.000.000	7.500.000	3.850.000	-	61.350.000
Cash flow de juros contratuais	-	-	-	-	-	-	-	-
De recursos de outras instituições de crédito	-	391.015	-	-	-	-	-	391.015
De swaps de taxa de juro	77.074	285.854	712.545	868.403	215.602	23.879	-	2.183.357
	4.412.155	71.176.869	13.712.545	28.868.403	7.715.602	3.873.879	0	129.759.453
Gap de liquidez:	(4.004.171)	(44.863.231)	57.088.601	54.001.207	24.624.384	7.724.544	5.597.393	100.168.727

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Com excepção dos *swaps* de taxa de juro, os fluxos previsionais dos activos e passivos foram calculados considerando a taxa de juro de referência em 31 de Dezembro de 2014 e 2013;
- Os fluxos previsionais dos *swaps* de taxa de juro foram calculados considerando as taxas de mercado;
- Os instrumentos financeiros não sujeitos a variações de taxa de juro, nomeadamente "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito" foram considerados como exigíveis "à vista";
- Os juros vencidos ainda em carteira com data de vencimento anterior ou igual a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram classificados como a prazo "Indeterminado";

- O vencido de crédito a clientes com vencido há mais de 90 dias foi classificado como a prazo "Indeterminado"; e
- O crédito a clientes vencido independentemente da sua antiguidade foi igualmente classificado como a prazo "Indeterminado".

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterar em função de uma alteração das taxas de juro de mercado, alterando, consequentemente, o valor patrimonial da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de activos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Sociedade enfrenta um risco de variação do "justo valor" desses activos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto directo no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

2014							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	107.890.025	22.847.276	130.737.301	4.692.744	2.454.496	15.700.036	22.847.276
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(38.000.000)	-	(38.000.000)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(39.350.000)	39.350.000	-	-	10.000.000	29.350.000	39.350.000
	<u>30.540.025</u>	<u>62.197.276</u>	<u>92.737.301</u>	<u>4.692.744</u>	<u>12.454.496</u>	<u>45.050.036</u>	<u>62.197.276</u>
2013							
	Exposição			Datas de Refixação / Datas de Maturidade			
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total	À vista	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	Total
Activo							
Crédito a clientes	118.883.007	25.664.575	144.547.582	5.453.273	2.771.015	17.440.287	25.664.575
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	(61.500.000)	-	(61.500.000)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais							
Interest Rate Swap (valor notional)	(61.350.000)	61.350.000	-	-	20.000.000	41.350.000	61.350.000
	<u>(3.966.993)</u>	<u>87.014.575</u>	<u>83.047.582</u>	<u>5.453.273</u>	<u>22.771.015</u>	<u>58.790.287</u>	<u>87.014.575</u>

A partir de 2009, em virtude da redução significativa das taxas de juro de mercado, os contratos de crédito celebrados com os clientes passaram a ser remunerados na sua generalidade a taxas de juros fixas.

A análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juro foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na margem financeira da Sociedade nos exercícios de 2013 e 2014 considerando uma subida/descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* (bps) assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro.

O impacto potencial negativo na margem financeira projectada para 2014 da subida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respectivamente (343.000 Euros e 686.000 Euros, respectivamente, para 2013).

Por sua vez, o impacto potencial positivo na margem financeira projectada para 2014 da descida das taxas de juro de referência em 100 e 200 *basis points* ascende a, aproximadamente, 539.030 Euros e 1.076.211 Euros, respectivamente (343.000 Euros e 686.000 Euros, respectivamente, para 2013).

No cálculo da análise de sensibilidade, não foram tidos em consideração os instrumentos financeiros derivados e, foi considerado como pressuposto que os volumes da carteira embora renovando-se, reflectem uma previsão de descida da mesma, fruto da conjuntura sócio-económica que Portugal atravessa.

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

2014			
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	449	449	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	377.726	377.726	-
Crédito a clientes	130.591.125	130.591.125	-
	130.969.300	130.969.300	-
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.026.581)	(1.026.581)	-
Recursos de outras instituições de crédito	(41.442.068)	(41.442.068)	-
	(42.468.649)	(42.468.649)	-
	88.500.651	88.500.651	-
2013			
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	564	564	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	399.513	399.513	-
Crédito a clientes	147.315.646	147.315.646	-
	147.715.723	147.715.723	-
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.298.361)	(1.298.361)	-
Recursos de outras instituições de crédito	(66.123.264)	(66.123.264)	-
	(67.421.625)	(67.421.625)	-
	80.294.098	80.294.098	-

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Atendendo a que as taxas aplicáveis são taxas de mercado, a Sociedade considera que a quantia escriturada dos créditos corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.

Relativamente aos instrumentos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos

- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, parte do crédito concedido é remunerado a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos;

- Conforme evidenciado acima nas secções relativas ao risco de taxa de juro e risco de liquidez, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo os descobertos bancários, são remunerados a taxas de juro fixas e apresentam maturidades reduzidas. Adicionalmente, uma parte significativa dos recursos é financiada pela FGA Itália.

Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda por eventos externos à organização. Para a gestão do risco operacional, encontra-se implementado um sistema central denominado de “*Loss Management*”, que permite a sistematização dos riscos identificados, a sua monitorização e o controlo e mitigação desses riscos. Adicionalmente, a Sociedade reporta trimestralmente à FGA Itália as eventuais perdas operacionais incorridas.

Risco de compliance

A função de *compliance* está a cargo do *Compliance, Risk & Permanent Control*, sendo a mesma supervisionada pelo Conselho de Administração da Sociedade.

3.28. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos fundos próprios e o respectivo rácio de solvabilidade da Sociedade é o que se apresenta:

	2014	2013
Capital	10.000.000	10.000.000
Reservas e resultados transitados elegíveis	72.794.198	68.212.538
Fundos próprios de base (I)	82.794.198	78.212.538
Total de requisitos de Fundos Próprios (II)	9.301.715	11.994.882
Excesso de Fundos Próprios (II - I)	73.492.483	66.217.656
Rácio de Solvabilidade ((I x 8%) / II)	71,2%	52,2%

3.29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR / PERANTE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontram-se registados pela Sociedade nas rubricas extrapatrimoniais as seguintes relações de compromissos assumidos por e perante terceiros:

Rubrica	Notas	2014	2013
Compromissos assumidos por terceiros			
Garantias Bancárias recebidas	3.5	7.826.500	9.531.000
Outras garantias recebidas	3.5	1.893.714	2.356.808
Total de garantias recebidas de clientes		<u>9.720.214</u>	<u>11.887.808</u>
 Linhas de crédito revogáveis	 3.11	 11.697.464	 10.664.919
Compromissos assumidos perante terceiros			
Compromissos irrevogáveis	3.12	1.034.250	1.034.250
Garantias Bancárias		35.253	400.098

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade garantiu perante a FGA Distribuidora a assunção do risco de incobrabilidade das responsabilidades dos concessionários Rodosul, Fimafra e Mundauto no produto *Cash Advance*, no montante global de 1.034.250 Euros.

As garantias bancárias prestadas pela Sociedade acima discriminadas foram devolvidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira em Janeiro de 2014. Não obstante os processos executivos a 31 de Dezembro de 2013 se manterem em julgado, a Sociedade aproveitou o regime excepcional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social (RERD), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-A/2013, para liquidar as dívidas existentes àquela data perante a Autoridade Tributária e Aduaneira. O RERD veio permitir, em termos gerais, a dispensa do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas administrativas, bem como a redução das coimas

As linhas de crédito revogáveis dizem respeito ao montante por utilizar, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, do descoberto bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 15 milhões de euros.

3.30. PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Instituições Financeiras a FGA Capital, IFIC, S.A. é instituição participante no Fundo de Resolução, tendo realizado as contribuições iniciais e as contribuições periódicas anuais de acordo com a legislação e regulamentação aplicável (Nota 3.19). De acordo com o previsto no artigo 15º do Decreto Lei 24/2013, na eventualidade do Fundo de Resolução ter de financiar a aplicação de medidas de resolução e não dispuser de recursos próprios suficientes para o cumprimento das suas obrigações, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode determinar, por portaria, os termos específicos em que são efectuadas contribuições especiais pelas instituições participantes no Fundo, atendendo às necessidades de financiamento emergentes da aplicação da medida concreta.

Tendo sido aplicada uma medida de Resolução ao Banco Espírito Santo em 4 de Agosto de 2014, o Fundo de Resolução prestou o apoio financeiro determinado pelo Banco de Portugal para efeitos de realização do capital social do Novo Banco, no montante de 4 900 milhões de euros. O processo de alienação do Novo Banco está actualmente em curso, sendo que na eventualidade de o produto desta alienação se revelar insuficiente para reembolsar os empréstimos obtidos, o Fundo de Resolução, nos termos do disposto no parágrafo anterior, poderá solicitar contribuições especiais às instituições participantes.

3.31. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 133.483.768 Euros e um total de capital próprio de 83.293.827 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.682.272 Euros), as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações no Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC Nº 1230)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

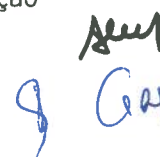
Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No decurso do exercício acompanhámos a actividade da Sociedade tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas separadas, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Fiscalizámos a revisão de contas dos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizámos a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do seu trabalho de revisão legal contas o revisor oficial de contas emitiu uma Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.



Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2014 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Conselho Fiscal da

FGA Capital - Instituição Financeira de Crédito, S.A.



António Jorge Portela Campos

(Presidente)



Ana Isabel Rodrigues da Silva Marques

(Vogal)

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Nº 178
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC Nº 1230)
(Vogal)

Actas das reuniões da Assembleia-Geral anual da FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, SA.

O texto abaixo corresponde à cópia da acta n.º 47, lavrada na reunião da Assembleia-Geral da FGA Capital, IFIC, SA, de 26 de Março de 2015, que deliberou sobre o Relatório e Contas da sociedade do exercício de 2014 e a Proposta de Aplicação de Resultados:

“Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e quinze, pelas dezassete horas, reuniu na sua sede social, sita na Avenida José Gomes Ferreira, número 15, Edifício Atlas IV, Miraflares, freguesia de Linda-a-Velha, a Assembleia Geral Anual da sociedade FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (cuja denominação social a partir do momento em que mereça a aprovação do Banco de Portugal, já solicitada, passa a ser FCA, IFIC Portugal, S.A., com o capital social de dez milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 502 673 478, encontrando-se presente a accionista única, FCA Bank, S.p.A., que se fez representar pelo Dr. Alberto Grippo, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular de cem por cento do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta dos assuntos da Assembleia Geral.

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de que, sem observância das formalidades prévias, se constitui-se em Assembleia Geral Anual, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2014;

Ponto Dois: Deliberar sobre a aplicação de resultados;

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

Ponto Quatro: Proceder à eleição de três novos membros do Conselho de Administração até ao termo do mandato em curso, sem prestação de caução;

Ponto Cinco: Deliberar sobre a eleição de novo Presidente do Conselho de Administração e de novo Administrador-Delegado;

Ponto Seis: Deliberar sobre a aprovação da política interna de adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais na sociedade.

Para além da accionista única estiveram presentes na Assembleia Geral, o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, o Administrador Dr. Alberto Grippo e o membro do Conselho Fiscal Ernest & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos entrando no Ponto Um da ordem de trabalhos para o que deu a palavra ao Administrador Dr. Alberto Grippo, que fez uma breve apresentação do Relatório de Gestão e das Contas da sociedade relativas ao exercício de 2014, que apresentam um resultado líquido positivo de € 1.682.271,59. Após uma curta troca de impressões, o Relatório e as Contas do exercício de 2014 foram submetidas a votação tendo sido aprovadas pela accionista única.

De imediato e no seguimento do ponto antecedente deu-se início à discussão e votação do Ponto Dois da ordem de trabalhos, tendo sido deliberado pela accionista única aprovar a proposta do Conselho de Administração de aplicar o resultado líquido apurado de € 1.682.271,59 a resultados transitados.

Já no âmbito do Ponto Três da ordem de trabalhos a accionista única pediu a palavra para manifestar o seu apreço sobre a forma como foi conduzida a gestão e a fiscalização da sociedade durante o exercício de 2014.

Quanto ao Ponto Quatro da ordem de trabalhos e atendendo às renúncias apresentadas pelos administradores Luis Pereira, Luca Napolitano e pelo Administrador-Delegado Alberto Merchiori, foi presente pela accionista única uma proposta de nomeação de três novos membros para o Conselho de Administração, para completarem o mandato em curso e dispensados de caução:

Carlo Federico Von Guggenberg, de nacionalidade italiana, com o NIF 285396048;

Luca Parasacco, de nacionalidade italiana, com o NIF 285346075; e,

Nuno Rodrigo Antunes da Mota Marques, com o NIF 202768350.

Colocada à votação a proposta, a mesma foi aprovada pela accionista única, sendo empossados de imediato os nomeados, sem prejuízo de o início das respectivas funções estar dependente da autorização do Banco de Portugal.

Entrando-se no Ponto Cinco da ordem de trabalhos, o representante da accionista única comunicou que o Presidente do Conselho de Administração, por indicação da accionista única, havia renunciado àquele cargo para passar a desempenhar o cargo de Administrador-Delegado e que o cargo de Presidente do Conselho de Administração deve ser preenchido pelo administrador, agora nomeado, Carlo Federico Von Guggenberg, tendo proposto que assim se votasse.

Colocado à votação o Ponto Cinco da ordem de trabalhos foi deliberado pela accionista única designar para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, Carlo Federico Von Guggenberg, e para o cargo de Administrador-Delegado Alberto Grippo.

Entrando-se no Ponto Seis da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Administrador Alberto Grippo, agora nomeado Administrador-Delegado, que deu uma breve explicação sobre a necessidade de a sociedade enquanto Instituição de Crédito aprovar na presente Assembleia Geral a sua política interna de adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais na sociedade, tendo dado as necessárias explicações sobre o documento que passa a conter as referidas políticas internas, que submete a votação.

Colocado à votação o documento que contém a política interna de adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos titulares de funções essenciais na sociedade, foi o mesmo aprovado pela accionista única.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa.”



ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2015

LISTA DE PRESENÇAS DOS ACCIONISTAS

	<u>Acções</u>
FCA Bank, S.p.A.	
Representada por Alberto Grippo	2.000.000

Algés, 26 de Março de 2015

O texto abaixo corresponde à cópia da acta n.º 49, lavrada na reunião da Assembleia-Geral da FGA Capital, IFIC, SA, de 21 de Abril de 2015, que corrige o Ponto Dois da acta nº 47, lavrada na reunião da Assembleia Geral da FGA Capital, IFIC, SA, de 26 de Março de 2015:

“Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas quinze horas, reuniu na sua sede social, a Assembleia Geral Universal da sociedade FGA Capital, Instituição Financeira de Crédito, S.A., com o capital social de dez milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 502 673 478, encontrando-se presente a accionista única, FCA Bank, S.p.A., que se fez representar pelo Dr. Alberto Grippo, conforme carta mandadeira que fica arquivada junto deste livro, titular da totalidade do capital social, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, arquivada na pasta de assuntos da Assembleia Geral.

Foi manifestado pelo representante da accionista única, a vontade de que sem observância das formalidades prévias, se constituiu-se em Assembleia Geral Universal, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Rectificação da acta número quarenta e sete , no sentido de corrigir a forma de aplicação de resultados do exercício de 2014.

Para além da accionista única estiveram presentes na Assembleia Geral o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu então início aos trabalhos tendo dado a palavra ao representante da accionista única, que solicitou a correcção da acta da reunião da Assembleia Geral da sociedade realizada no dia 26 de Março de dois mil e quinze, na parte em que reporta o resultado da deliberação e da votação do Ponto Dois da ordem de trabalhos, uma vez que ali, por lapso, se escreveu que os resultados positivos apurados durante o exercício de 2014, foram aplicados a resultados transitados, quando o que se deliberou, segundo, aliás, a proposta do Conselho de Administração, foi aplicar o resultado positivo apurado de € 1.682.271,59, a reserva legal € 168.227,16, e o remanescente a reservas livres.

Dada aquela explicação, passou-se de imediato à votação tendo sido aprovado pela accionista única a rectificação da acta da Assembleia Geral de 26 de Março de 2015, na parte referente ao Ponto Dois, aplicação dos resultados do exercício de 2014, nos termos acima referidos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas quinze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa.”



ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE 21 DE ABRIL DE 2015

LISTA DE PRESENÇAS DOS ACCIONISTAS

	<u>Acções</u>
FCA Bank, S.p.A.	
Representada por Alberto Grippo	2.000.000

Algés, 21 de Abril de 2015